
CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET - UNIOPET

ESTATUTO

2015



Estatuto

Centro Universitário OPET - UNIOPET

SUMÁRIO

Título I - Da Denominação, Sede, Objetivos e Autonomia.....	3
Capítulo I - Da Denominação e Sede.....	3
Capítulo II - Dos Objetivos	3
Capítulo III - Da Autonomia.....	4
Título II - Da Instituição	6
Título III - Da Estrutura Acadêmico-Administrativa	7
Capítulo I - Do Funcionamento dos Órgãos Colegiados	9
Seção I - Do Conselho Universitário (CONSU).....	10
Seção II - Do Conselho de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão (CEPE)	12
Seção III - Da Chancelaria	15
Seção IV - Da Reitoria	15
Capítulo II.....	17
Seção I - Do Curso de Graduação	17
Seção II - Do Curso de Pós-Graduação.....	18
Seção III - Do Instituto Superior de Educação - ISE	18
Título IV - Do Ensino, Das Práticas Investigativas e Da Extensão.....	19
Título V - Da Comunidade Acadêmica.....	20
Título VI - Do Patrimônio e Do Regime Financeiro	21
Título VII - Das Relações com a Mantenedora	22
Título VIII - Das Disposições Gerais e Transitórias.....	22

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E AUTONOMIA

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E SEDE

Art. 1º O Centro Universitário OPET (*UNIOPET*), com sede em Curitiba (PR), é uma instituição particular de educação superior pluricurricular, mantida pela OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TÉCNICO LTDA, tendo por limite territorial o município de Curitiba/PR.

Art. 2º A OPET Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda., doravante somente OPET, é uma pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro no município de Curitiba (PR), registrada na forma da lei.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º O Centro Universitário OPET, adiante apenas *UNIOPET*, tem como objetivos:

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades.

II - Formar valores humanos nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

III - Incentivar e apoiar a iniciação e investigação científicas, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura.

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e das práticas investigativas científica e tecnológica geradas no *UNIOPET*.

VIII - Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem-estar do homem.

IX - Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem.

X - Ser uma instituição comprometida com o desenvolvimento de Curitiba, de sua região metropolitana, e com a memória das manifestações culturais e folclóricas de seu povo.

CAPÍTULO III DA AUTONOMIA

Art. 4º O *UNIOPET* goza de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão orçamentária e disciplinar, regendo-se pela legislação federal, pela jurisprudência do ensino superior, pelo Contrato Social da OPET, no

que couber, por este Estatuto, pelo seu Regimento Geral e pela legislação emanada dos órgãos superiores competentes.

§ 1º A autonomia didático-científica compreende a competência para:

I - Estabelecer sua política de ensino, práticas investigativas e extensão.

II - Criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes e fixar as vagas iniciais, na forma da legislação vigente.

III - Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.

IV - Estabelecer planos, programas e projetos de iniciação e investigação científica, produção artística e atividades de extensão.

V - Conferir graus, diplomas e outros títulos e registrá-los.

VI - Estabelecer seu regime acadêmico e didático-científico.

§ 2º A autonomia administrativa compreende a competência para:

I - Propor a reforma deste Estatuto, para vigência, no que couber, após aprovação do órgão competente do MEC, além de deliberar sobre alterações no Regimento Geral.

II - Elaborar, reformar e aprovar o Regimento de suas unidades e os regulamentos da Reitoria e de seus órgãos auxiliares ou suplementares.

III - Propor ao UNIOPET a fixação dos encargos educacionais, das taxas e emolumentos a serem cobrados pelos serviços prestados, respeitada a legislação pertinente em vigor.

IV - Elaborar e aprovar o orçamento anual.

V - Propor à OPET formas de seleção, admissão, promoção, licenças, substituições e dispensa do pessoal docente e técnico-administrativo, bem como a definição de seus direitos e deveres.

§ 3º A autonomia de gestão orçamentária compreende a competência para:

I - Executar o orçamento anual, após aprovação da OPET.

II - Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais, incluídos no orçamento anual.

III - Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

§ 4º A autonomia disciplinar compreende a competência para estabelecer o regime de direitos e deveres e aplicações de penalidades à sua comunidade acadêmica, respeitadas as determinações legais e os princípios gerais do Direito.

TÍTULO II DA INSTITUIÇÃO

Art. 5º O Centro Universitário OPET- UNIOPET tem como missão:
Educar para o pleno desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e formação para o trabalho, oferecendo às crianças, jovens e adultos as condições necessárias à construção e aplicação do conhecimento em benefício da sociedade.

Art.6º O Centro Universitário OPET – UNIOPET tem como valores:

SUSTENTABILIDADE: Nosso desenvolvimento econômico e material está diretamente relacionado ao sucesso das nossas operações. Priorizamos o uso dos recursos de forma inteligente e evitamos o desperdício garantindo a viabilidade de nossos negócios com vistas às gerações futuras.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: Nossas atividades e recursos são empregados de forma a contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente

mais íntegro. Promovemos o desenvolvimento e a inclusão social através da educação, da capacitação e da valorização do ser humano.

INOVAÇÃO E PIONEIRISMO: Nossa estratégia competitiva baseia-se na concepção, desenvolvimento e gestão de processos que continuamente agregam valor à produção de conhecimento. Nossa gente é comprometida em despertar o interesse pelo novo.

TRANSFORMAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: Nossas práticas pedagógicas promovem o conhecimento de maneiras diferentes, sempre com vistas à formação integral e o exercício da cidadania. Esforçamo-nos em aplicar metodologias inovadoras para que nossos alunos possam desenvolver plenamente seus potenciais.

ESPÍRITO DE EQUIPE: Nosso ambiente de trabalho é participativo e acolhedor de novas ideias e diálogos honestos. A sinergia e o respeito entre nossos colaboradores contribuem sobremaneira para a busca da excelência nos resultados e confiança no futuro.

QUALIDADE EM TUDO QUE FAZEMOS: Nossa gestão é orientada a estabelecer uma consciência de qualidade com vistas a excelência no pensar, agir e produzir. Buscamos atender de forma confiável e no tempo certo as necessidades exigidas sobre os nossos processos e serviços.

CONSTRUÇÃO CONJUNTA: Buscamos um modelo educacional diferenciado e pioneiro que se baseia na cooperação entre entidades e instituições de interesses comuns. Acreditamos que o desenvolvimento e o melhor resultado advêm da convergência de intenções.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Art. 7º A estrutura acadêmico-administrativa do *UNIOPET* é composta por órgãos colegiados, executivos e de representação, em dois níveis hierárquicos.

§ 1º São órgãos da administração superior:

I - Conselho Universitário (CONSU);

II - Conselho de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão (CEPE);

III - Chancelaria; e

IV - Reitoria.

§ 2º São órgãos de administração acadêmica:

I - Conselho de Curso;

II - Coordenadoria dos Cursos de Graduação (Presencial e a Distância);

III - Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação (Presencial e a Distância); e

IV - Coordenadoria do Instituto Superior de Educação - ISE.

§ 3º São órgãos Suplementares:

I - Secretaria Acadêmica;

II - Biblioteca;

III - Núcleo de Apoio Pedagógico; e

IV - Ouvidoria.

Art. 8º Integram a Reitoria, as Pró-reitorias, o Instituto Superior de Educação, a Comissão Própria de Avaliação e a Procuradoria Institucional, criadas pelo CONSU, segundo as necessidades de planejamento, gestão e avaliação das funções e atividades do *UNIOPET*.

Art. 9º O *UNIOPET* dispõe de órgãos suplementares destinados a apoiar as atividades de ensino, práticas investigativas e extensão, cabendo ao CONSU criar dispositivos de funcionamento.

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 10. Aos colegiados superiores aplicam-se as seguintes normas:

I - O colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos neste Estatuto e no Regimento Geral.

II - O presidente da reunião, em caso de empate, tem o voto de qualidade.

III - As reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caráter de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos.

IV - As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número.

V - Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte.

VI - É obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade universitária o comparecimento dos membros dos colegiados às reuniões plenárias.

§ 1º São prescritas as seguintes normas nas votações:

I - Nas decisões atinentes a pessoas, a votação é sempre secreta;

II - Nos demais casos, a votação é simbólica, podendo, mediante requerimento aprovado, ser normal ou secreta.

III - Não é admitido o voto por procuração.

IV - Os membros dos colegiados superiores que acumulem cargos ou funções têm direito apenas a um voto.

§ 2º As decisões dos colegiados superiores podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, portarias ou instruções normativas, a serem baixadas pelo Reitor na qualidade de presidente do colegiado.

Art. 11. Os colegiados superiores reúnem-se ordinariamente uma vez em cada semestre, por convocação do Reitor, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Reitor ou a requerimento de um terço dos respectivos membros, com pauta definida.

Art. 12. O Reitor pode pedir o reexame de deliberações dos colegiados superiores, até dez dias após a reunião em que tiverem sido tomadas, convocando o respectivo colegiado, até vinte dias após o pedido de reexame, para conhecimento de suas razões e deliberação.

§ 1º A rejeição ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros do respectivo colegiado.

§ 2º Da rejeição, em matéria que envolva assunto econômico-financeiro, há recurso *ex officio* para a OPET, dentro de dez dias, sendo a decisão desta considerada final sobre a matéria.

Art. 13. Aplica-se aos Conselhos de Curso as normas deste capítulo, no que couber.

Parágrafo único. As atribuições delegadas ao Reitor, neste capítulo, são da responsabilidade do Coordenador de Curso, como presidente do Conselho de Curso.

Seção I

Do Conselho Universitário (CONSU)

Art. 14. O Conselho Universitário (CONSU), órgão superior, de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, é integrado:

I - Pelo Reitor, seu Presidente.

II - Pelos Pró-reitores.

III – Pelos Coordenadores dos cursos de graduação e pós - graduação das modalidades de ensino presencial e a distância.

IV - Por dois representantes do corpo discente, sendo um para cada modalidade de ensino.

V - Por um representante da Mantenedora, indicado por esta.

VI - Pelo Procurador(a) Educacional Institucional.

VII - Pelo Coordenador da CPA.

VIII - Por um representante da Sociedade Civil.

O mandato dos membros é valido enquanto ocupar a função e do discente é de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 15. Compete ao Conselho Universitário formular o planejamento, as diretrizes e políticas gerais do *UNIOPET* e deliberar, em instância final, sobre:

I - Normas gerais de funcionamento do *UNIOPET*;

II - A criação, desmembramento, fusão ou extinção de unidades acadêmicas, administrativas ou suplementares, ouvidos o Conselho de Ensino, práticas investigativas e Extensão e demais órgãos interessados;

III - Alterações neste Estatuto, para posterior aprovação do MEC, no Regimento Geral e aprovação dos regimentos e regulamentos das unidades acadêmicas ou administrativas;

IV - Os critérios e a sistemática para elaboração de atos normativos dos órgãos colegiados.

V - A apuração de responsabilidade do Reitor, dos Pró-reitores e demais ocupantes de cargos ou funções de confiança, com amplo direito de defesa, quando, por omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento da legislação de ensino, deste Estatuto, do Regimento Geral ou de normas complementares;

VI - A instituição e concessão de títulos honoríficos e concessão de prêmios.

VII - Representações ou recursos que lhe forem encaminhados pelo Reitor.

VIII - Providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva.

IX - Intervenção nos demais órgãos do *UNIOPET*, esgotadas as vias ordinárias, bem como avocar as atribuições a eles conferidas;

X - O recesso parcial ou total das atividades escolares de cada curso ou de todos, ouvido o CEPE.

XI - A sistemática e o processo de avaliação institucional;

XII - A instituição de símbolos, bandeiras e flâmulas.

XIII - Deliberar sobre o orçamento anual e suas alterações.

Parágrafo único. Cabe ao CONSU, ainda:

I - Exercer o poder disciplinar, originariamente ou em grau de recurso, como instância superior;

II - Interpretar o presente Estatuto e o Regimento Geral e resolver casos neles omissos.

III - Instituir comissões.

IV - Criar, extinguir ou desmembrar Pró-reitoria e outros órgãos auxiliares da Reitoria.

V - Exercer as demais atribuições de sua competência, por força de lei e deste Estatuto.

Seção II

Do Conselho de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão (CEPE)

Art. 16. O Conselho de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão (CEPE), órgão central de supervisão das atividades de ensino, práticas

investigativas e extensão, possuindo atribuições deliberativas, normativas e consultivas, é integrado:

I - Pelo Reitor, seu Presidente.

II - Pelos Pró-reitores.

III - Pelos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação das modalidades de ensino presencial e a distância.

IV - Pelo Coordenador da CPA.

V - Por dois representantes do corpo discente, sendo um para cada uma das modalidades de ensino.

VI - Por um representante da mantenedora, por ela indicado.

VII - Por um representante da Secretaria Acadêmica.

VIII - Pelo Procurador(a) Educacional Institucional

IX - Por um representante da Sociedade Civil.

X - Por um representante da Secretaria de apoio ao docente.

O mandato dos discentes é de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 17. Compete ao Conselho de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão supervisionar e coordenar, em nível superior, as atividades de ensino, práticas investigativas e extensão, deliberando sobre:

I - A filosofia educacional do *UNIOPET* e o seu projeto institucional e pedagógico.

II - Criação, expansão, modificação e extinção de cursos, na forma da lei.

III - Ampliação, redistribuição e diminuição de vagas.

IV - Programação dos cursos.

V - Programação das práticas investigativas e das atividades de extensão.

VI - Normas sobre contratação e dispensa de professores.

VII - Normas que visem ao aperfeiçoamento dos processos de aferição do rendimento escolar.

VIII - Plano de carreira docente.

IX - Qualquer matéria de sua competência, em primeira instância, ou em grau de recurso.

X - Propostas de avaliação institucional.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao CEPE deliberar sobre:

I - Seu Regulamento.

II - Os currículos dos cursos de graduação, decidindo sobre questões relativas à sua aplicabilidade, observadas as diretrizes curriculares gerais, fixadas pelo MEC.

III - O conteúdo e a duração dos cursos de doutorado, mestrado, especialização e aperfeiçoamento.

IV - As normas gerais dos processos de seleção para matrícula nos cursos ou disciplinas.

V - O calendário acadêmico anual, os turnos e o horário de funcionamento dos cursos de graduação e programas de ensino superior.

VI - As normas acadêmicas complementares às do Regimento Geral, em especial as relativas a programas de ensino, matrículas de graduados e outras, transferências, trancamentos de matrícula, reopções de curso, adaptações, avaliação do processo ensino-aprendizagem, processo seletivo aos diversos cursos, aproveitamento de estudos e outras, que se incluem no âmbito de sua competência.

VII - Normas para aceleração de estudos de alunos com extraordinário aproveitamento.

VIII - O exercício do poder disciplinar, no âmbito de suas funções.

IX - A constituição de comissões.

X - Exercer as demais atribuições que, por sua natureza, lhe estejam afetas.

Seção III

Da Chancelaria

Art. 18. A Chancelaria é o órgão de representação institucional do *UNIOPET*, sendo exercida pelo Chanceler, escolhido e designado pela OPET.

Art. 19. São atribuições do Chanceler:

I - Zelar pelo respeito à integridade dos princípios e pela autonomia do *UNIOPET*, na forma da Lei e deste Estatuto.

II - Assinar títulos honoríficos, outorgados pelo *UNIOPET*.

III - Dar posse ao Reitor.

Parágrafo único. O Chanceler preside as reuniões de quaisquer colegiados a que compareça.

Seção IV

Da Reitoria

Art. 20. A Reitoria, órgão executivo da administração superior do *UNIOPET*, é exercida pelo Reitor, auxiliado pelos Pró-reitores, subordinando-se ao Conselho Universitário órgão colegiado superior do *UNIOPET*.

Art. 21. O Reitor é de livre escolha da OPET, por indicação do Conselho Universitário, sendo de dois anos o mandato do Reitor, podendo haver recondução.

Parágrafo único. Em suas faltas e impedimentos eventuais, o Reitor é substituído pelo Pró-reitor Acadêmico.

Art. 22. São atribuições do Reitor:

I - Superintender todas as atividades do *UNIOPET* e representá-lo perante as autoridades educacionais, a sociedade e a OPET, assegurando o exercício da autonomia institucional.

II - Cumprir e fazer cumprir as resoluções dos órgãos colegiados superiores, este Estatuto, o Regimento Geral e a legislação e normas vigentes.

III - Convocar e presidir o CONSU e o CEPE, com direito a voto, além do voto de qualidade.

IV - Designar os ocupantes dos cargos e funções de confiança.

V - Conferir e assinar graus, expedir diplomas, certificados e títulos profissionais.

VI - Assinar acordos, convênios ou contratos.

VII - Promover a elaboração do planejamento anual de atividades, a elaboração da proposta orçamentária e a sua execução.

VIII - Indicar, à OPET, a admissão do pessoal docente e técnico-administrativo, após o cumprimento dos requisitos, estabelecidos neste Estatuto, no Regimento Geral, na legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.

IX - Encaminhar, ao CONSU, a prestação de contas e o relatório das atividades do ano findo.

X - Tomar decisões, quando necessárias, *ad referendum* dos respectivos Conselhos.

XI - Propor, ao CONSU, a concessão de títulos honoríficos, bem como de prêmios.

XII - Autorizar qualquer pronunciamento público que envolva, sob qualquer forma, o *UNIOPET*.

XIII - Constituir comissões, auditorias ou assessorias para resolver matérias de interesse do *UNIOPET*.

XIV - Designar os representantes que integram os colegiados.

XV - Exercer o poder disciplinar, de acordo com as normas vigentes.

XVI - Exercer quaisquer outras atribuições previstas em Lei, neste Estatuto e no Regimento Geral.

XVII - Delegar competência, sem prejuízo de sua responsabilidade.

XVIII - Baixar resoluções, deliberações e portarias em consonância com o regimento geral, este Estatuto e a legislação em vigor.

XIX - Instaurar inquérito administrativo para apurar responsabilidade de pessoal docente e técnico-administrativo, por ato ou pronunciamento desairoso ao Centro Universitário UNIOPET, dando ampla defesa ao indiciado nos termos da legislação vigente.

XX - Exercer o poder disciplinar de acordo com as normas e legislação vigentes.

Art. 23. Os Pró-reitores têm suas atribuições definidas no Regimento Geral do UNIOPET.

Parágrafo único. As unidades descentralizadas são administradas por Pró-reitor, designado pela OPET.

CAPÍTULO II

Seção I

Do Curso de Graduação

Art. 24. O Curso é a unidade básica do *UNIOPET*, para o desenvolvimento das funções de ensino, práticas investigativas e extensão e de apoio técnico-administrativo, sendo integrado pelos professores e alunos das disciplinas que o constituem e pelo pessoal não-docente nele lotado.

Parágrafo único. Cada curso de graduação constitui uma unidade acadêmico-administrativa.

Art. 25. O Curso é constituído pelo Colegiado de Curso, como órgão deliberativo e normativo, e pela Coordenadoria, para as tarefas executivas, sendo suas atribuições definidas no Regimento Geral.

Parágrafo único. O Curso subordina-se diretamente à Reitoria, podendo o Reitor designar professores para a supervisão da coordenação de cursos, por área de conhecimento ou por grupo de cursos.

Seção II

Do Curso de Pós-Graduação

Art. 26. Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu destinam-se a complementar, desenvolver e aprofundar os estudos realizados e concluídos em curso superior, conferindo ao aluno certificado de especialização ou de aperfeiçoamento, observadas a legislação vigente e a regulamentação do CONSU.

Seção III

Do Instituto Superior de Educação – ISE

Art. 27. O Instituto Superior de Educação é responsável por articular a formação, execução e avaliação dos cursos das áreas de Licenciatura e desenvolvimento de Programas de Formação Pedagógica.

Art. 28. O Instituto tem como objetivos:

I - A formação de profissionais para o exercício da docência na educação infantil.

II - A formação de profissionais para magistério dos anos iniciais do ensino fundamental.

III - A formação de profissionais destinados à docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

IV - A gestão, planejamento e pesquisa, coordenação pedagógica, supervisão, direção de unidades escolares e sistemas de ensino.

Art. 29. O ISE- OPET pode ministrar as seguintes modalidades de cursos e programas:

I - Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso Pedagogia, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental.

II - Cursos de licenciaturas destinados à formação de docentes e a formação de gestores para a educação Básica.

III - Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior.

IV - Programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Parágrafo Primeiro - O curso de Pedagogia e os demais cursos de licenciatura serão regidos conforme determina as diretrizes curriculares, aprovadas pelo CNE – Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Segundo - A parte prática da formação será desenvolvida em escolas de educação básica e compreenderá a participação do estudante na preparação de aulas e no trabalho de classe em geral e o acompanhamento da proposta pedagógica da escola, incluindo a relação com a família dos alunos e a comunidade.

Parágrafo Terceiro - Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado, nos termos da legislação em vigor.

Art. 30. O Instituto é constituído pelo Colegiado de curso, como órgão deliberativo e normativo, e pela Coordenadoria, para as tarefas executivas, sendo suas atribuições definidas no Regimento Geral.

TÍTULO IV

DO ENSINO, DAS PRÁTICAS INVESTIGATIVAS E DA EXTENSÃO

Art. 31. O *UNIOPET* ministra os seguintes cursos:

I - Cursos sequenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência.

II - De graduação, incluindo os cursos superiores de tecnologia, abertos a candidatos que hajam concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

III - De pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação.

IV - De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelo CEPE.

Parágrafo único. Cabe ao CEPE a fixação de normas para o ingresso, matrícula, permanência e conclusão dos cursos previstos neste artigo.

Art. 32. As práticas investigativas devem ser entendidas como busca de novos conhecimentos e técnicas, sendo posicionada como orientação e suporte das atividades de ensino e extensão.

Art. 33. A extensão é definida como processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino e iniciação científica, destinado a promover a interação transformadora entre o UNIOPET e demais segmentos da sociedade.

TÍTULO V DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 34. A comunidade acadêmica é formada pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

§ 1º. O quadro docente é constituído por professores integrantes do plano de carreira, professores colaboradores e por professores visitantes.

§ 2º. O corpo discente é constituído pelos alunos matriculados regularmente nos cursos oferecidos pelo *UNIOPET*.

§ 3º. O corpo técnico-administrativo é constituído pelo pessoal não docente.

Art. 35. Os alunos dos cursos de graduação, nos termos da legislação em vigor, podem organizar o Diretório Central de Estudantes e os Centros Acadêmicos, estes, por curso.

Art. 36. Os membros da comunidade acadêmica estão subordinados ao regime disciplinar, definido no Regimento Geral.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 37. O patrimônio da OPET ou de terceiros, colocado a serviço do *UNIOPET*, é administrado nos termos da Lei, deste Estatuto e das normas estabelecidas por aquele.

Art. 38. Os recursos financeiros do *UNIOPET* são obtidos por meio de:

I - Dotações financeiras da OPET.

II - Dos encargos educacionais, representados por mensalidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos.

III - Rendas provenientes da atividade industrial e da prestação de serviços.

IV - Subvenções, auxílios, convênios, contribuições, doações e verbas destinadas por instituições públicas ou privadas, por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

V - Renda de bens e da aplicação de valores patrimoniais.

Parágrafo único. Os recursos gerados ou obtidos pelo *UNIOPET* são utilizados na consecução de seus objetivos.

Art. 39. As relações entre o aluno ou seu responsável e o *UNIOPET* e a OPET são disciplinadas em contrato de prestação de serviços educacionais,

elaborado na forma da lei e assinado pelas partes envolvidas, obedecidas a legislação vigente, este Estatuto, o Regimento Geral e as normas emanadas dos colegiados superiores.

TÍTULO VII DAS RELAÇÕES COM A MANTENEDORA

Art. 40. A OPET é responsável, juridicamente, pela existência e funcionamento do *UNIOPET*, cabendo-lhe respeitar e assegurar a autonomia deste, na forma da Lei e deste Estatuto.

Art. 41. À OPET compete prover todas as necessidades do *UNIOPET* para o seu regular funcionamento, sendo privativo daquela:

I - Aprovar as alterações deste Estatuto, para encaminhamento ao MEC, e do Regimento Geral.

II - Aprovar o orçamento anual, assim como as alterações deste.

III - Aprovar contratos, convênios e acordos.

IV - Designar o Reitor e os Pró-reitores.

V - Admitir e dispensar o pessoal docente e técnico-administrativo, mediante indicação do Reitor, cumpridas as normas de recrutamento, seleção e admissão de pessoal.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. Das decisões dos órgãos colegiados cabe recurso ao próprio e, em instância final, ao CONSU.

Parágrafo único. O prazo máximo, para apresentação de recurso, é de trinta dias, contados a partir da divulgação do ato.

Art. 43. Este Estatuto pode ser alterado por decisão de dois terços dos membros do Conselho Universitário, para posterior homologação da OPET e deliberação do MEC, quando assim exigido pelas normas vigentes.

Art. 44. Os casos omissos neste Estatuto são resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 45. Ficam extintos, a partir da data de publicação do ato de aprovação deste Estatuto, pelo MEC, os cargos e funções de direção, coordenação, chefia e assessoramento das Faculdades OPET.

Parágrafo único. Cabe ao Reitor promover o processo de transformação das Faculdades OPET em Centro Universitário OPET, na forma da Lei e das normas aprovadas pelo MEC, deste Estatuto e do Regimento Geral do *UNIOPET*.

Art. 46. Este Estatuto entra em vigor na data de publicação do ato oficial de Credenciamento do Centro Universitário.

Curitiba - PR, 4 de setembro de 2015.

José Antonio Karam
Chanceler